

DOSSIÊ TEMÁTICO

APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ TEMÁTICO

REGULAÇÃO DA DIVERSIDADE RELIGIOSA NA FORMAÇÃO DOS SUJEITOS ESCOLARES¹

INTRODUCTION TO THE THEMATIC DOSSIER: REGULATING
RELIGIOUS DIVERSITY IN THE FORMATION OF SCHOOL SUBJECTS

Guilherme Ramalho Arduini²

Paula Leonardi³

Desde as primeiras décadas da República até a atualidade, um dos desafios centrais da educação brasileira tem sido lidar com a forma como diversos agentes religiosos – alguns institucionalmente vinculados a igrejas – constituem embates com agentes não-religiosos em torno de projetos distintos para a socialização de crianças e jovens. Isso, forçosamente, resulta em disputas sobre como deve ocorrer a implementação de políticas públicas

¹ Como citar: ARDUINI, Guilherme R.; LEONARDI, Paula. Apresentação ao dossiê temático. Regulação da diversidade religiosa na formação dos sujeitos escolares. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, e145772, 2025.

² Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Brasil. É membro associado do Centre Amiénois de Recherche en Éducation et Formation de l'Université de Picardie Jules Verne (CAREF/UPJV) e pesquisador convidado para o ano letivo 2023-2024 da Université Paris Nanterre, França. E-mail: guilherme.arduini@ifsp.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9462-8311>.

³ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente, é professora da graduação e pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pesquisadora do Grupo de Estudos História da Educação e Religião, núcleo Rio de Janeiro (GEHER/UERJ), Brasil. Atuou como professora convidada da Universidade de Bordeaux, França, no ano letivo 2019-2020. E-mail: leonardi.paula@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4046-9703>.

voltadas a faixas etárias escolares. Por isso, o dossiê intitulado “Regulação da diversidade religiosa na formação dos sujeitos escolares” se dedica a pensar nos meios pelos quais a diversidade cultural presente nos espaços escolares tem sido gerida durante a República brasileira. Ao mesmo tempo, sinaliza a possibilidade de ampliação do escopo das questões para outros cenários geográficos e sociais.

No dossiê estão reunidos estudos que abrangem desde o início do século XX até o período contemporâneo, cobrindo processos sociais ora localizados em algum ponto específico do Brasil (a cidade do Rio de Janeiro ou de Campinas, por exemplo), ora lidando com fenômenos de alcance global, como são as Jornadas Mundiais da Juventude. Através de uma diversidade de registros, como documentos históricos preservados desde o início do século XX, observação participante e realização de entrevistas com profissionais da educação na atualidade, foi possível observar situações homólogas de conflitos sociais. Exemplos desses conflitos foram o choque entre culturas socialmente hierarquizadas, sendo visto como “superior” tudo aquilo que ressalta uma branquitude desejável: o catolicismo, o bilinguismo (português culto e inglês) e o saber escolar. Não obstante os avanços em direção a uma sociedade democrática e plural, uma análise da escola brasileira contemporânea exige o retorno à temática das hierarquizações culturais, associadas e homólogas a outras formas de dominação, como a desigualdade na divisão da riqueza produzida entre o capital e o trabalho. Com o intuito de melhor conhecer tais hierarquizações para combatê-las, o dossiê contribui para reflexões sobre conceitos como culturas em conflito, o cotidiano como forma de resistência e a regulação da pluralidade religiosa no espaço público, inclusive em outros países. Há um entrelaçamento dos fatores econômicos, políticos e culturais produtores de uma situação de tensão e conflito na ocupação de espaços públicos como o escolar, o qual não raramente se vê no epicentro dessas disputas.

Dos objetivos propostos decorrem perguntas a exigir uma compreensão interdisciplinar de temáticas fundamentais para o período contemporâneo: como realizar a socialização das novas gerações na sociedade? Quais foram

as escolhas das gerações passadas que moldam nossas respostas, no presente, para esta questão? Em vista de seu papel histórico no trato com a infância e a juventude, a resposta a essas perguntas passa por compreender as relações entre igrejas cristãs e estados nacionais em suas diferentes configurações no tempo e no espaço, o que nos conduz, portanto, a acrescentar uma última pergunta: por quais formas os empreendimentos eclesiais estiveram presentes em atividades como a socialização das novas gerações, a estruturação do espaço urbano e a conformação das leis e instrumentos jurídicos acerca da infância e da juventude? Este dossiê pretende contribuir para responder a tais questões, justificadas tanto pela capacidade de mobilizar uma considerável bibliografia, quanto pela novidade que o cenário atual pode trazer em um olhar comparativo com diferentes espaços e períodos históricos, observando-os como uma fotografia com momentos cristalizados de tensão, de modo a não cairmos na armadilha do continuum da história (Benjamin, 1987).

A organização da forma escolar moderna foi o resultado da ação não orquestrada entre diversos agentes protestantes e católicos, tais como Comenius, os Irmãos da Vida Comum (Holanda e Alemanha) e os Irmãos das Escolas Cristãs (França), Companhia de Jesus, Congregação do Oratório e jansenistas (Vincent, Lahire e Thin, 2001). Cada qual contribuiu a seu modo para um conjunto de características que podem ser resumidas na elaboração da graduação do ensino, seu funcionamento pautado na regulação pelo relógio e pela disciplina, a repartição dos alunos por níveis, o uso de materiais didáticos, cartilha e livros específicos, o ensino da civilização cristã. A novidade radical, contudo, foram as escolas urbanas dos Irmãos da Vida Comum no final do século XVII. O que houve de inédito foi uma forma distinta de relação entre mestre e discípulo que se autonomizou de outras relações sociais, se constituiu em um espaço pensado para isso e se apartou da sociedade, fundando o edifício escolar, no qual todos respondem (mestres, discípulos e reitores) a um código impessoal. Os autores defendem que atualmente, há uma pedagogização das relações sociais para além do espaço escolar.

Em vista do objeto do presente dossiê, sabe-se que, no Brasil, os projetos republicanos do início do século XX incluíam um otimismo de remodelar as características da população nacional conforme os planos de “embranquecimento” e aproximação das sociedades europeias (Saviani, 2020). Não obstante as transformações ocorridas no Brasil ao longo de todo o século XX, ainda se encontram nas práticas escolares e sociais certas formas de hierarquização a incluir temáticas étnicas, religiosas e de sexualidade. A afirmação dessa visão de sociedade explica a expansão de uma aliança entre representantes políticos e autoridades religiosas em torno de práticas sociais capazes de cunhar novas compreensões para o princípio da laicidade do Estado, assegurado pela Constituição de 1988. Assim como nas discussões da Constituinte, a lógica de ação do Estado é moldada pelo momento da relação de forças entre as igrejas e os agentes favoráveis à laicidade. Estes se manifestam em momentos como os julgamentos emitidos pelas cortes supremas brasileiras, quando a neutralidade é invocada como princípio constitucional (Brasil. Supremo Tribunal Federal, 2017), em convergência com a pesquisa sociológica francesa aponta para o caso de outros países (Baubérot, 2010).

Na atualidade do cotidiano escolar brasileiro, o acesso à população em idade escolar é franqueada a algumas denominações religiosas por meio das aulas de ensino religioso, de festas e eventos extracurriculares e/ou da presença em espaços de convivência pintados com temáticas religiosas. Ao mesmo tempo, certas temáticas do folclore ou das culturas afro-brasileiras são retiradas dos currículos sob a alegação de que são expressões de uma religião específica, e, portanto, indesejáveis no espaço educacional. Uma interpretação como essa contradiz o expresso pela Lei 10.639/03, a qual obriga as escolas de ensino fundamental e médio a ensinarem sobre história e cultura afro-brasileira. Se, por um lado, acumulam-se experiências exitosas de produção de materiais e realização de atividades de valorização desses elementos culturais, a reação a esse avanço também é perceptível. Não é raro encontrar falas públicas pautadas pela afirmação da falácia de que o “ser cristão” é expressão de uma suposta “cultura nacional”, homogênea e

compartilhada unanimemente (Branco, 2016). Outra estratégia é a perseguição à abordagem de temas afro-brasileiros no currículo escolar por vereadores e lideranças religiosas locais, frequentemente registrada na imprensa (Borges, 2021; ES, 2017).

Versões análogas a essa estão presentes na interpretação histórica sobre outros países, em diálogo com as respectivas trajetórias históricas. Na França, por exemplo, ganhou relevo nos últimos trinta anos um tipo de laicidade apontado pela bibliografia como “identitário” (Portier, 2018). Nessa visão, um passado de suposto monopólio do catolicismo teria sido substituído por um oligopólio judaico-cristão constituído pelas quatro religiões concordatárias de 1802: o judaísmo, o protestantismo luterano, o protestantismo reformado e o próprio catolicismo. Estas, por sua vez, teriam aderido – ainda que com algumas resistências – ao regime de laicidade iniciado no ambiente escolar no início da III República francesa. O corolário dessa interpretação é a de que as expressões religiosas ausentes destes pactos históricos (isto é, o islamismo) não podem fazer parte de uma (novamente suposta) “identidade republicana” e, portanto, são intoleráveis no espaço público. Não obstante as diferenças entre as sociedades francesa e brasileira, esse dossiê também apresenta um estudo de caso francês a fim de demonstrar a permeabilidade de alguns agentes estatais franceses às demandas de uma igreja como a católica, uma temática em comum com o Brasil e vários outros países.

Antropólogos da religião apontam como, no Brasil e em outros países da América Latina, persiste uma forma de “católico-centrismo” nas análises sobre nossa história religiosa (Frigerio, 2018). Há um consenso reproduzido acriticamente pela opinião pública, pelos meios de comunicação e insuficientemente problematizado nos meios acadêmicos, de que o passado colonial latino-americano seria marcado pela existência de um regime de religião única, de uma dominação cultural do catolicismo sem contestações. Há também sinais de um acúmulo de textos cujas análises são beneficiadas pela expansão da definição de religião, para além do institucional de uma igreja ou seita. Nesses trabalhos, religião é compreendida como um sistema de símbolos conectados a um plano de existência definido hierarquicamente como

superior, regidos pelas entidades representadas por tais símbolos. Também há ganhos analíticos quando se questiona o pressuposto de que a religião seja constituída por grupos definidos a partir de características marcantes na religião católica, ignorando-se expressões sociais cuja reprodução e recriação possam ocorrer por formas distintas das tradicionais no catolicismo.

As diferentes abordagens teóricas e metodológicas desenvolvidas nos textos deste dossiê demonstram como a pluralidade religiosa e a presença de agentes em luta pela laicidade institucional são constantes em períodos históricos variados, em consonância com as conclusões apresentadas por antropólogos da religião. As abordagens também representam uma abertura do leque de observação dos fenômenos religiosos, antes restritos a uma definição de religião pautada pela institucionalidade. Em consonância a essa tendência de ampliação epistemológica, o dossiê investe em uma definição da religião como ritual, exercida por indivíduos continuamente dispostos a negociar as maneiras pelas quais são definidos por outros agentes sociais em relação ao modo como enxergam suas próprias crenças. Estas, por sua vez, não precisam ser reduzidas ao estatuto de um conjunto sistematizado de ideias e podem incluir objetos ou ações elaboradas como uma forma de se relacionar a entidades sobrenaturais.

Não obstante a escassez de registros históricos a esse respeito, vários artigos do dossiê investem no esforço por encontrar e analisar vestígios de insubordinação em relações sociais. Os artigos que contemplam a população afrodescendente ou nativa são exemplos disso, na medida em que é possível perceber, através de relatos da imprensa e dos missionários religiosos, tanto o esforço pela imposição de uma certa visão sobre a cultura quanto a presença da pluralidade cultural e religiosa obsessivamente ignorada. Na atualidade, os embates em torno do reconhecimento ao direito à diversidade religiosa/cultural se dão também através da definição dos currículos escolares, tanto o currículo prescrito quanto o efetivo, ou estabelecido junto aos estudantes pela equipe de profissionais da educação. Em ambos os casos, como é possível perceber, por exemplo, através da análise de entrevistas com gestores da educação infantil, há um cruzamento das questões sociais e individuais,

relevante para a compreensão das lógicas de identificação promovidas pelos sujeitos e de como isso torna inteligível a pluralidade religiosa, mesmo em um cenário de aparente uniformidade na resposta à pergunta feita a profissionais da educação: “qual é a sua religião?”. A pergunta por vezes é compreendida como “quem sou eu” (identidade pessoal) ou, de forma bastante distinta, no sentido de “como me classificam os outros” (identidade social) ou ainda como uma terceira possibilidade: “no que eu creio” (crenças e identidade coletiva). Por meio das lentes de jornalistas ou de teólogos no passado, ou através da observação de espaços e atividades educacionais no presente, é possível enxergar a relação dialética entre o que indivíduos enxergam como aquilo que é do seu próprio âmbito (convicções, práticas) e o que eles veem como constrições sociais (normas, discursos).

Em termos teóricos, a discussão promovida pelos artigos que compõem o dossiê prossegue em uma linha inaugurada por Michel de Certeau (1998), especificamente utilizando três conceitos. O primeiro deles é o conceito de alteridade, dado pela preocupação em construir heterologias, isto é, um saber sobre o outro, sobre o excepcional, sobre a diferença, de modo a tornar explícito e ao mesmo tempo contestar a normatividade (“normalcy”). O segundo legado é a compreensão da crença como um ato histórico, inseparável das condições históricas nas quais ela é produzida. A fé é um conjunto de práticas (ações, pronunciamentos e convicções) e, para escrever sobre elas, Certeau emprega o conceito de “formalidade das práticas”. O terceiro legado é a ideia de apropriação da vida cotidiana como a fundação da cultura. A cultura é uma multiplicidade das artes do fazer, um processo em constante historicidade, no qual não há essência. Certeau mobiliza diversas tradições disciplinares acadêmicas para desenvolver um método de pesquisa capaz de considerar esse caráter processual das culturas.

Para retomar as questões propostas neste dossiê, não é difícil relacioná-las com a temática da secularização, argumento weberiano (1999) presente em autores do século XX, como Thomas Luckman (1967) e, principalmente, Peter Berger (2011). A descrição deste processo tem como modelo o ocorrido na Europa Ocidental desde o final da Idade Média até o século XX e ressalta

que a ciência e a tecnologia produziram formas de compreender o mundo concorrentes com as das religiões. Com o auxílio dos sistemas educativos controlados pelos Estados Nacionais ao atuarem na disseminação de suas descobertas, tornaram-se o modo socialmente mais aceito de explicar a sociedade e a natureza, deslocando o religioso para o âmbito privado.

Dentre as limitações desse modelo explicativo pode-se apontar a ambiguidade do termo secularização, que, como afirmam Casanova (1994) e Taylor (2007), é utilizado, às vezes, como um conceito descritivo do passado e, outras vezes, como um objetivo desejável para o futuro. Em consequência, a secularização se torna o centro de uma disputa de projetos políticos que atinge em cheio a educação pública, por exemplo na definição de seus objetivos. Ela deve ou não socializar as novas gerações em um ambiente indiferente às religiosidades de seus participantes? As variáveis históricas das respostas a essa pergunta dependem do estudo das relações entre as igrejas e os poderes públicos acerca da organização dos sistemas nacionais de educação.

Partícipe da empreitada colonizadora e, portanto, da espoliação de terras dos povos originários, donatária de sesmarias, a Igreja não deixou de atuar na lógica da colonialidade (Quijano, 2005) em suas determinações centrais. Tal empresa teve sua eficácia garantida, entre outras instituições, pela escola, por muito tempo imposta antes de desejada e reivindicada como direito.

Se houve perda de terras e bens com o avanço da laicidade na Europa e durante a unificação italiana, outra investida foi orquestrada durante as duas últimas décadas do século XIX a partir de estudos sobre a realidade na América Latina, região na qual as terras abundavam e vastos territórios estavam à disposição. A imigração de congregações foi estimulada largamente no período. A escola, instituição central para a constituição e consolidação dos estados nacionais, de sua identidade calcada na descrição de um território, na elaboração de uma história e memórias, na constituição de heróis, monumentos e de unificação linguística, seguiu sendo território de disputa para a Igreja.

Para avançar na análise seria necessário ter em mente o que significou a consolidação dos sistemas republicanos na América Latina e na França. As diferentes relações que a Igreja Católica entabulou com os estados latino-americanos resultaram em uma mudança nas normativas papais, expressas em documentos oficiais ao longo de todo o século XX (Roux, 2012). No início, tais documentos defendiam uma neocristandade, na qual instituições como as escolas deveriam ser dispostas aos interesses eclesiais de reproduzir suas explicações sobre o mundo. O receio pela multiplicação de experiências como a da Argentina, Uruguai e principalmente do México, onde a educação pública se constrói sob a premissa da indiferença frente ao religioso, é um dos fatores que explica uma mudança nos textos pontifícios. Eles passam a aceitar a pluralidade religiosa como inerente às sociedades contemporâneas e solicitam ao Estado que seja o fiador daquilo que definem como liberdade religiosa. Seu objetivo enunciado é o de evitar a repetição de casos como o do México ou da França, nos quais acreditam haver uma perseguição à Igreja Católica.

O pluralismo religioso está associado às cidades por sua própria vocação de sede de governos, pela presença de centros comerciais e de portos. É nesse ambiente que ocorre o trabalho chamado por Berger (2011) de contaminação cultural, e por Ginzburg (2006) de circularidade cultural. O indivíduo, convivendo com múltiplas possibilidades, é afetado pelas diferentes posições de sujeitos e grupos. O primeiro resultado disso é a relativização da posição do outro e da sua própria. Outro efeito do contato com diferentes posições são as aparentemente inúmeras possibilidades de escolhas que se abrem diante de nossos olhos.

Note-se que a retórica papal está longe de convergir com as observações traçadas pelos estudiosos do caso francês. Pelo contrário, aponta-se que as acomodações entre o Estado e as quatro igrejas cobertas pela Concordata de 1802 (católica, judaica, protestante luterana e protestante reformada) antes e após a lei de 1905 foi um processo em ziguezague que inviabiliza a leitura de que o Estado foi completamente indiferente às atividades sociais

desenvolvidas pelas igrejas (Giumbelli, 2002). Se, no início do novecentos, leis como a das Associações de 1901 dificultaram a atuação de congregações no ensino, há uma inversão de direção completada com a Lei Debré de 1959, quando as escolas confessionais foram autorizadas a receber subvenção direta do Estado, em uma série de medidas que matizaram a separação entre escolas públicas e religiosas (Poucet, 2011).

A França está no rol de países que mais enviaram sacerdotes, religiosos e freiras para abrirem empreendimentos no Brasil, especialmente nos setores da educação e saúde (Bittencourt, 2017). O país de Jaurès e das filhas de Sion fornece, portanto, exemplos contraditórios: encontram ali referenciais tanto os que defendem o modelo liberal de educação pública quanto os favoráveis à educação pelas igrejas. Em outro aspecto, a comparação entre os casos nacionais na América Latina entre si e com a França podem servir para tornar mais complexas as classificações e conceitos empregados, pois revelam que entre os extremos da separação completa entre Igreja e Estado e da teocracia, existe uma miríade de arranjos possíveis. Outro ponto de contato entre estes países é o da queda acentuada na frequência às igrejas católicas, conjugada à emergência de novos formatos de manifestações religiosas no interior do catolicismo (as Jornadas Mundiais da Juventude) ou fora dele (os “novos movimentos religiosos”). As novas formas de pertencer às religiões (Lagroye, 2009) transbordam o universo da religião em direção à cultura e à política.

No jogo de lentes a compor esse dossiê, desde as determinações da Santa Sé até a imigração de religiosas e religiosos, os artigos aqui apresentados analisam as investidas da Igreja no Brasil e na França atingindo as ações particulares dos sujeitos e situando-as no espaço e no tempo.

De autoria de Maria Ap. Corrêa Custódio e Amanda Santos Nava, o primeiro artigo deste dossiê analisa as proposições para a missão e educação de indígenas contidas nas Actas y Decretos del Concilio Plenario de la América Latina (1906). As autoras apontam algumas das ações concretas realizadas no Tocantins e no Maranhão e apresentam os resultados relatados

por missionários nesses locais. O texto analisa a maneira como padrões de poder que persistem do sistema econômico colonial se estendem para o modo como o documento se refere aos povos originários.

pode-se vislumbrar no documento que a escola é uma das bases de sustentação da missão indígena, a qual é concebida como espaço privilegiado de transmissão da cultura humana e religiosa para doutrinação dos povos, além de trazer um benefício para o missionário por se constituir em um espaço de aprendizagem da língua nativa (Custódio e Nava, 2025, neste número).

A despeito de assinalar a possibilidade de constituir escolas nos territórios dos próprios nativos ou em seu entorno, a percepção dos missionários de que as famílias indígenas influenciavam diretamente o trabalho missionário, os levou a erigir as escolas para as cidades em modelos de internato, como uma maneira eficaz de afastar as crianças. Custódio e Nava (2025) ressaltam, em suas conclusões, que somente na III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em 1979 no México, a questão indígena pôde ser tratada fora da lógica dual.

Em seguida, o artigo “Escola do Morro, escola do asfalto: produção de territórios e reprodução de desigualdades pela imprensa (1924-1940)”, de Paula Leonardi, trata da maneira como uma escola pública e outra católica são percebidas e representadas pela mídia impressa nos anos 1920 e 1930, emaranhadas nas características e valores dos espaços urbanos onde foram fundadas – na favela da Mangueira e em Vila Isabel. A maneira como imagens controle criam territórios ao produzir e difundir identidades vinculadas ao chão é apresentada neste texto, que não se furta a analisar as orientações dos jornais e a continuação das dualidades percebidas no artigo anterior, que é facilmente extensível para a população preta e pobre que habitava as favelas da metrópole carioca em vias de transformação. Os dois casos estudados permitem observar os embates entre o poder público, no artigo em questão representados por um dos maiores expoentes da educação nova e defensor da escola pública, gratuita, laica e obrigatória para todos, Anísio Teixeira,

e a hierarquia católica carioca, especialmente dom Leme e os intelectuais da revista *A Ordem*.

Os artigos seguintes descortinam as contraditórias relações contemporâneas entre os estados nacionais e as igrejas cristãs. O traço que une a diversidade de experiências analisadas é o fato de estar sempre em jogo o cuidado com as crianças e adolescentes.

A necessidade de acolher as crianças que precisam de cuidado e educação em escolas públicas desde sua primeira infância enquanto os pais trabalham dão ensejo à terceirização de uma função do Estado para OSCIPs administradas por igrejas, discussão presente no artigo de Agueda Bittencourt e Guilherme Arduini, intitulado “Lugar de criança pequena: a laicidade e a educação infantil em tempos de negacionismo”. A análise da rede de educação infantil do município de Campinas (SP) empreendida no artigo, focaliza três categorias de escolas que a constituem, explorando suas diferenças em relação à administração e ao corpo técnico. Dentre elas, cerca de 45 unidades são administradas por igrejas e organizações filantrópicas. As representações, as práticas e os desafios da laicidade nestes ambientes são discutidas a partir de imagens captadas durante visitas a seis escolas e um conjunto de entrevistas realizadas com profissionais destas instituições.

Em complemento à cartografia das experiências religiosas e de sua relação com a laicidade na atuação de educadoras em Campinas, fundamentou-se uma reflexão sobre o papel da instituição escolar como mediadora da transição entre o espaço privado da família ou, quando aplicável, dos grupos religiosos e o espaço público, na diversidade do mundo e de sua constante mutação (Bittencourt e Arduini, 2025, neste número).

A este exemplo nacional, somam-se os casos de outros países em que projetos de afirmação de uma igreja são bancados com dinheiro público. Charles Mercier estuda o panorama da laicidade francesa em fins do século XX em “La Iglesia Católica, el Estado y la Jornada Mundial de la Juventud

1997 em Paris”. Os debates e justificativas sobre o apoio dos poderes públicos para sua organização indicam que

En cierto modo, el estudio de la organización de la JMJ relativiza la importancia de las disposiciones constitucionales que organizan las relaciones entre el Estado y las Iglesias. Una separación estricta en principio puede ocultar en realidad numerosas interacciones, dependencias y apoyos indirectos, sobre todo cuando, como ocurre en Francia, el Estado es el eje de la organización social del país (Mercier, 2025, neste número).

Em suma, espera-se que a leitura deste dossiê atenda as expectativas de profissionais da educação básica e de acadêmicos ansiosos por compreender melhor as múltiplas relações entre as igrejas cristãs e o debate público sobre educação e sobre o cuidado com as gerações de crianças e adolescentes. O grupo organizador agradece o financiamento realizado pelo CNPq através do projeto 404062/2021-0, intitulado “O papel do Estado Nacional brasileiro na atividade educativa das igrejas cristãs”, no âmbito da Chamada Universal 2021, sem o qual seria impossível realizar essa publicação. Igualmente fundamental foi o intercâmbio com pesquisadores franceses financiado pela FAPESP através do projeto 2022/10022-0, intitulado “Olhares sobre a laicidade nas escolas públicas do Brasil e da França (1996-2022)”.

REFERÊNCIAS

- BAUBÉROT, Jean. *Les laïcités dans le monde*. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Obras escolhidas. Volume 1: magia e técnica, arte e política*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 222-232, 1987.
- BERGER, Peter. *The sacred canopy. Elements of a sociological theory of religion*. New York: Open Road Integrated Media, 2011.

BIDEGAIN, Ana María. Una historia silenciada, no reconocida, invisibilizada: la vida religiosa femenina en la historia de América Latina. In: CARRANZA, Brenda; FACCIOLA, Mariana; FATUSCA, Lorena Fernández; SUÁREZ, Ana Lourdes (org.). *Religiosas en América Latina: memorias y contextos*. Buenos Aires: Universidad Católica Argentina, p. 19-32, 2020.

BITTENCOURT, Agueda Bernardete. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. *Pro-Posições*, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 29-59, 2017.

BITTENCOURT, Agueda Bernadete; ARDUINI, Guilherme. Lugar de criança pequena: a laicidade e a educação infantil em tempos de negacionismo. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, 2025.

BORGES, Waleska. RJ: *Escola sofre ataques de intolerância religiosa após post de vereador*. 2021. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/12/20/rj-escola-sofre-ataques-de-intolerancia-religiosa-apos-post-de-vereador.htm>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRANCO, Jordanna Castelo. O amor de Jesus preenche todos os vazios: os discursos religiosos nas paredes de uma escola de educação infantil em Duque de Caxias (RJ). *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 345-364, 2016.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4439 Distrito Federal. Ensino Religioso nas escolas públicas. Conteúdo confessional e matrícula facultativa. Respeito ao binômio laicidade do Estado/liberdade religiosa. Brasília: *Supremo Tribunal Federal*, 2017. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=3926392>. Acesso em: 14 jul 2024.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida C.; NAVA, Amanda Santos. Missão e Educação para Indígenas no I Concílio Plenário da América Latina. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, 2025.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ES, G1. *Professores protestam após boneca negra ser retirada por pastor em escola de Vitória*. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/professores-protestam-apos-boneca-negra-ser-retirada-por-pastor-em-escola-de-vitoria.ghtml>. Acesso em: 14 jul. 2024.

FRIGERIO, Alejandro. Por que não podemos ver a diversidade religiosa: Questionando o paradigma católico-cêntrico no estudo da religião na América Latina. *Debates do NER*, Porto Alegre, v. 19, n. 34, p. 75-121, 2018.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIUMBELLI, Emerson. *O fim da religião. Dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

LAGROYE, Jacques. *Appartenir à une institution: catholiques en France aujourd'hui*. Paris: Economica, 2009.

LEONARDI, Paula. Escola do morro, escola do asfalto: Produção de territórios e reprodução de desigualdades pela imprensa (1924-1940). *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, 2025.

LUCKMANN, Thomas. *The Invisible Religion. The Problem of Religion in Modern Society*. New York: The Macmillan Company, 1967.

MERCIER, Charles. La Iglesia Católica, el Estado y la Jornada Mundial de la Juventud 1997 en París: Panorama de la laicidad francesa a finales del siglo XX. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, 2025.

PORTIER, Philippe. L'inclination identitaire de la laïcité française. Retour sur une controverse (1988-2018). *Vie sociale*, [S. l.], n. 21, p. 35-44, 2018.

POUCET, Bruno. *L'État et l'enseignement privé: L'application de la loi Debré*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntrico*. Buenos Aires: Clacso, p. 227-278, 2005.

ROUX, Rodolfo R. De. De la “Nación Católica” a la “República Pluricultural” en América Latina. Algunas consideraciones históricas. *Memorias: Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe*, [S. l.], v. 9, n. 16, 2012.

SAVIANI, Dermeval. *A pedagogia no Brasil - História e Teoria*. Campinas: Autores Associados, 2020.

TAYLOR, Charles. *A Secular Age*. Cambridge/London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2007.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 33, p. 7-47, 2001.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

Recebido em: 23/12/2024

Aprovado em: 06/01/2025